



ESTADO DO PARÁ  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

**OFÍCIO N° 019/2025/GV-EL**

Ourilândia do Norte/PA, aos 17 de setembro de 2025

**Exmo.(a) Sr.(a)**

**Márcio Oliveira da Silva**

Presidente da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio do presente, encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa o incluso **Projeto de Lei**, que “Dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, intermediado por plataformas tecnológicas, no Município de Ourilândia do Norte/PA, e dá outras providências.”

Acompanha o presente ofício a respectiva justificativa, com os fundamentos legais e sociais que embasam a proposta

Na certeza de contar com o apoio de Vossa Excelência e dos demais parlamentares, renovo votos de elevada estima e consideração.

**EUDER LEITE**

Vereador de Ourilândia do Norte/PA



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
OURILÂNDIA DO NORTE  
Gabinete do Vereador Euder Leite

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025**

*Dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, intermediado por plataformas tecnológicas, no Município de Ourilândia do Norte/PA, e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Ourilândia do Norte, Estado do Pará, **Dr. Júlio César Dairel**, no uso das atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Ourilândia do Norte **APROVOU** e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta Lei regulamenta, no âmbito do Município de Ourilândia do Norte, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, intermediado por plataformas tecnológicas, nos termos da Lei Federal nº 12.587/2012, com redação dada pela Lei nº 13.683/2018, da Lei nº 13.640/2018, e do art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal.

Art. 2º- Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros (TRPIP): serviço urbano prestado de forma individual, por motorista autônomo, mediante solicitação exclusiva por meio de aplicativo autorizado.

II – Plataforma Tecnológica: sistema eletrônico de intermediação entre passageiros e motoristas, operado por pessoa jurídica devidamente autorizada.

III – Motorista de Aplicativo: profissional autônomo cadastrado em plataforma autorizada, com credenciamento homologado pelo Município.

IV – Usuário: pessoa física que solicita transporte mediante o uso de plataforma tecnológica.

V – Autorização Municipal: ato administrativo emitido pela Secretaria da Fazenda Municipal que permite a exploração da atividade.

VI - Certificado de Autorização: documento emitido pela Prefeitura que habilita o motorista a



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

operar, vinculado ao cadastro municipal.

VII - Selo de Identificação: adesivo padronizado, de validade anual, emitido pela Divisão Municipal de Trânsito e Transporte Público (DMTTP), que identifica veículo autorizado.

VIII – Infrações Graves: condutas como transporte clandestino, fraude, agressão a usuário ou corrida realizada fora da plataforma.

Art. 3º - A exploração do serviço dependerá de autorização da Secretaria da Fazenda Municipal, mediante credenciamento da pessoa jurídica operadora de plataforma tecnológica.

Art. 4º - A plataforma deverá apresentar, para autorização:

I – ato constitutivo registrado na Junta Comercial.

II – CNPJ.

III – alvará de funcionamento.

IV – inscrição municipal.

V – comprovação de titularidade ou licença do aplicativo.

VI – certidões de regularidade fiscal (municipal, estadual e federal), trabalhista e previdenciária.

VII - comprovante de regularidade junto ao FGTS.

Art. 5º - As plataformas autorizadas deverão instalar e manter em funcionamento uma Base Local de Atendimento no Município de Ourilândia do Norte, destinada ao recebimento de denúncias, reclamações e atendimento presencial a usuários e motoristas, devendo obrigatoriamente dispor de condições mínimas de acessibilidade, banheiro e bebedouro.

Parágrafo Único - A Base Local de Atendimento deverá estar em pleno funcionamento como condição para manutenção da autorização municipal.

Art. 6º - O requerimento será protocolado na Secretaria da Fazenda Municipal, instruído com os documentos exigidos, sendo analisado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

§ 1º - O indeferimento deverá ser motivado e cabe recurso administrativo ao Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A autorização terá validade de 12 (doze) meses, renovável por igual período.

§ 3º - O pedido de renovação deve ser protocolado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento.

Art. 7º - Fica instituído o Cadastro Municipal de Motoristas de Aplicativo – CMMA, sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal, em cooperação com a Divisão Municipal de Trânsito e Transporte Público (DMTTP).

§ 1º - O cadastro é obrigatório para todos os motoristas que desejem prestar o serviço no Município.

§ 2º - O cadastramento será condição indispensável para a homologação do motorista e para a emissão do Certificado de Autorização.

§ 3º - O cadastro poderá ser integrado a sistemas eletrônicos, observada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Art. 8º - O motorista deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação homologado pela DMTTP, abrangendo no mínimo conteúdos de direção defensiva, primeiros socorros e atendimento humanizado ao usuário.

Parágrafo Único - A comprovação do curso será condição para emissão ou renovação do Certificado de Autorização.

Art. 9º - O motorista deverá apresentar para cadastro:

I – CNH categoria B ou superior, com a observação “exerce atividade remunerada (EAR)”.

II – certidões negativas criminais (estadual e federal), atualizadas.

III – comprovante de residência em Ourilândia do Norte.

IV – comprovante de inscrição em plataforma autorizada.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

Art. 10 - O motorista credenciado receberá da Prefeitura o Certificado de Autorização, com validade de 12 (doze) meses, renovável por igual período.

Parágrafo Único - O motorista deverá portar, durante o serviço:

I – CNH válida.

II – Certificado de Autorização emitido pela Prefeitura.

III – comprovante de inscrição na plataforma autorizada.

Art. 11 - Os veículos vinculados ao serviço deverão:

I – ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação.

II – possuir quatro portas, ar-condicionado e cintos de segurança para todos os ocupantes.

III – estar devidamente licenciados no Município de Ourilândia.

IV – ser aprovados em vistoria técnica anual realizada pela Divisão Municipal de Trânsito e Transporte Público (DMTTP).

V – possuir seguro de acidentes pessoais a passageiros (APP) e de responsabilidade civil de terceiros.

VI – possuir identificação externa com a logomarca da empresa à qual estiver vinculado, fixada em local visível ao usuário que se encontre fora do veículo, sendo vedada a inclusão de número de telefone ou menção diversa da marca do aplicativo.

Art. 12 - O veículo autorizado receberá Selo de Identificação, padronizado pela DMTTP, de validade anual, numerado, intransferível e obrigatoriamente afixado em local visível.

Art. 13 - O serviço de aplicativo coexistirá com táxis, mototáxis e demais serviços de transporte já regulamentados, observadas as seguintes regras:

I – é vedado o uso de pontos fixos destinados a táxis e mototáxis.

II – é vedado o embarque de passageiros sem solicitação pelo aplicativo.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

III – é proibida a captação de passageiros por meios distintos da plataforma (ligações, abordagem direta, mensagens pessoais).

IV – é vedado o embarque e desembarque em áreas internas de pontos exclusivos de táxis, mototáxis ou transporte coletivo.

Art. 14 - Fica instituída a Taxa de Fiscalização e Controle da Mobilidade Urbana (TFCMU), com os seguintes valores anuais:

I – 50 UFM por veículo ativo, pago pela plataforma.

II – 20 UFM por motorista homologado.

§ 1º - Os valores poderão ser atualizados anualmente por decreto, com base na variação da UFM.

§ 2º - A arrecadação será destinada integralmente à manutenção do sistema de mobilidade urbana, fiscalização e tecnologia.

§ 3º - O não pagamento implicará suspensão automática da autorização.

§ 4º - A plataforma tecnológica é responsável solidária pelo recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Mobilidade Urbana (TFCMU).

Art. 15 - A arrecadação e controle tributário competem à Secretaria da Fazenda Municipal.

Art. 16 - A fiscalização operacional, aplicação de penalidades e realização de vistorias caberão ao Divisão Municipal de Trânsito e Transporte Público (DMTTP), podendo este firmar convênios com órgãos de segurança pública para apoio.

Art. 17 - As plataformas deverão elaborar e implementar um Plano de Segurança do Transporte por Aplicativos, contendo medidas preventivas de proteção a motoristas e usuários, o qual deverá ser previamente aprovado pelo Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Público (DMTTP).

§ 1º - O plano deverá contemplar, no mínimo, ações de monitoramento das viagens, mecanismos de denúncia e estratégias de apoio emergencial.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

§ 2º - O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará a plataforma às penalidades previstas nesta Lei.

Art. 18 - São obrigações das plataformas:

I – compartilhar mensalmente com o Município dados estatísticos de viagens, respeitada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

II – manter canal de atendimento ao usuário e motorista 24 horas.

III – informar à Prefeitura o desligamento de motoristas por infrações graves.

IV – cooperar com ações de segurança pública e mobilidade.

V – assegurar rastreabilidade das corridas pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

Art. 19 - São deveres dos motoristas:

I – respeitar a legislação de trânsito.

II – manter o veículo em condições adequadas de higiene e segurança.

III – não recusar corridas imotivadamente, salvo por risco à segurança.

IV – portar documentos exigidos durante a prestação do serviço.

V – não realizar corridas fora da plataforma autorizada.

Art. 20 - As infrações serão punidas pela Divisão Municipal de Trânsito e Transporte Público (DMTTP) conforme a gravidade:

I – Leves, punidas com advertência ou multa de até 25 UFM.

II – Médias, punidas com multa de 26 a 100 UFM e suspensão de até 30 dias.

III – Graves, punidas com multa de 101 a 500 UFM, suspensão de até 90 dias ou cassação da autorização.

Art. 21 - Considera-se transporte clandestino aquele realizado sem vínculo a plataforma



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

autorizada ou sem credenciamento municipal, sujeito às seguintes penalidades:

I – multa de 2.000 UFM.

II – recolhimento do veículo.

III – suspensão definitiva do condutor em caso de reincidência.

Art. 22 - Para a expedição de autorização, o interessado deverá seguir rito processual composto por:

I – protocolo do requerimento na Secretaria da Fazenda Municipal.

II – análise documental pela Secretaria em até 30 dias.

III – emissão do Termo de Autorização.

IV – homologação do veículo pela Divisão Municipal de Trânsito e Transporte Público.

§ 1º - Os processos realizados em desacordo com o rito serão nulos de pleno direito.

§ 2º - O interessado deverá comprovar a inexistência de débitos junto à Fazenda Pública Municipal.

§ 3º - Será assegurado contraditório e ampla defesa, com prazo de 10 dias úteis para manifestação e recurso administrativo.

Art. 23 - As plataformas e motoristas que já atuem no Município terão prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem a esta Lei.

Art. 24 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, em até 90 (noventa) dias.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte/PA, \_\_\_\_ de abril de 2025.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

Autor do Projeto:

**EUDER LEITE**

Vereador de Ourilândia do Norte/PA



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**OURILÂNDIA DO NORTE**  
**Gabinete do Vereador Euder Leite**

WhatsApp (94) 99106-7020 / e-mail: euderleite@ourilandiadonorte.pa.leg.br

---

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por finalidade regulamentar, no âmbito do Município de Ourilândia do Norte, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, intermediado por plataformas tecnológicas, assegurando segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público. Trata-se de modalidade de transporte prevista na Lei Federal nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a qual, em seu art. 24, estabelece a competência dos municípios para planejar, organizar e fiscalizar os serviços de transporte urbano. Tal dispositivo foi reforçado pela Lei nº 13.683/2018, que ampliou a responsabilidade municipal na disciplina das diferentes formas de mobilidade, incluindo aquelas surgidas com o avanço das tecnologias digitais.

A Lei Federal nº 13.640/2018, por sua vez, introduziu na Política Nacional de Mobilidade Urbana a figura do transporte remunerado privado individual de passageiros, reconhecendo sua legitimidade e atribuindo aos municípios a competência para regulamentar requisitos mínimos de operação, como o credenciamento de motoristas e veículos, a autorização das plataformas tecnológicas, a exigência de seguro adequado e o recolhimento dos tributos devidos. Nesse contexto, a regulamentação municipal se mostra indispensável para garantir que a atividade se desenvolva de forma ordenada, transparente e em conformidade com a legislação vigente.

A iniciativa também encontra amparo no art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal, que confere aos municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, os serviços públicos de interesse da população. A ausência de regramento específico gera insegurança tanto para motoristas e plataformas quanto para usuários, além de comprometer a capacidade do Poder Público municipal de fiscalizar e arrecadar, inviabilizando o adequado controle do sistema de mobilidade.

Assim, a presente proposta busca assegurar a convivência equilibrada entre diferentes modais de transporte, proteger os direitos dos usuários, garantir condições de segurança e qualidade na prestação do serviço, e possibilitar ao Município exercer plenamente sua competência constitucional, fortalecendo a mobilidade urbana, a arrecadação e a segurança jurídica.

**EUDER LEITE**  
*Vereador – Autor do Projeto*